

31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

Decoro, senhores

Diatribes e insinuações de preferência política entre ministros do STF somente contribuem para corroer a credibilidade da instituição

Não foi, a bem dizer, o pior entre-vero registrado entre membros do Supremo Tribunal Federal. Ainda assim, causa consternação o episódio ocorrido durante a sessão de quinta-feira (26). Discutia-se o tema, em princípio bastante neutro do ponto de vista ideológico-político, da extinção do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

Contudo, o acúmulo de tensões entre os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso era tal, dada a discordância que manifestam a respeito da Lava Jato e outros temas, que o exame da matéria degenerou numa série de provocações pueris — enquanto a presidente da corte, Cármen Lúcia, tentava de modo tímido interromper a refrega.

“Nós prendemos, tem gente que solta”, espicou Barroso, aludindo a concessões controversas de habeas corpus por parte de Gilmar Mendes. Este replicou lembrando que o oponente se referiu ao mensalão petista, de modo ambíguo, como “ponto fora da curva”.

Fora da curva porque rompia com a jurisprudência e os rituais adotados em processos semelhantes? Ou porque representava desejável inovação no sentido de punir as cúpulas partidárias do país?

Notável pela suavidade sinuosa de seus pronunciamentos, Barro-

so nunca deixou claro se tinha discordâncias mais profundas com os resultados do mensalão, que já se aproximava do desfecho quando de sua posse no STF.

É fato que divergiu dos critérios para a majoração de penas de alguns condenados, seguindo a maioria que se formou no sentido de não considerá-los culpados pelo crime de formação de quadrilha.

Tratou-se, como sempre, de decisão tomada por um colegiado, numa época em que, certamente, Gilmar Mendes se alinhava com a corrente mais severa no julgamento dos desmandos do PT.

A rigor, não há voto no Supremo que não contenha elaborados argumentos jurídicos a sustentá-lo, sendo sempre possível, ademais, a qualquer ministro afirmar que simplesmente mudou de ideia ao analisar casos equivalentes — com réus de distinta filiação partidária.

São poucos os mecanismos pelos quais se podem comprovar, nas atitudes de um magistrado, graus de parcialidade e incoerência capazes de desautorizá-lo por completo.

Nos apartes, nos reproches e nas insinuações contra seus colegas, é isso, entretanto, o que têm tentado alguns membros da corte.

Não bastassem constantes manifestações fora dos autos, típicas de Gilmar Mendes, arrufos diante das câmeras só levam ao descrédito o conjunto da instituição.

Barroso, em geral mais contido, lamentavelmente somou-se nesse episódio aos desserviços protagonizados por seu contendor.

31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça trabalhista é mais eficiente, diz juiz

Rebatendo estudo do Ipea, categoria afirma que causas ligadas ao trabalho têm trâmites mais ágeis que Justiça comum

Entidades de classe concordam que há uma sobrecarga de trabalho, mas alegam que corte no orçamento é a causa

FLAVIA LIMA
DE SÃO PAULO

Não se pode medir a importância da Justiça do Trabalho pelos direitos devolvidos à sociedade em termos monetários, mas pela pacificação social que promove, diz Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

Na mesma linha, Leonardo Grizagoridis da Silva, diretor da associação que reúne os juízes da grande São Paulo, a Amatra-2, diz que a Justiça estadual responde por mais da metade das despesas do Judiciário, mas “ninguém pensa em extinguir as varas de família ou de falências”.

Feliciano e Silva rebatem um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), divulgado pela Folha na segunda (30).

Nele, o pesquisador André Gambier Campos aponta que a Justiça do Trabalho é cara e está sobrecarregada. Para o autor, porém, a solução para o problema não seria reduzir a Justiça trabalhista, mas elevar os mecanismos de negociação para que um número menor de disputas chegassem a ela.

Segundo Campos, para cada R\$ 1 pago aos empregados, a Justiça do Trabalho desembolsa R\$ 0,91 e a União consegue arrecadar R\$ 0,16. “Por esse raciocínio tortuoso, que olha apenas números, a Justiça criminal deveria ser extinta”, diz Feliciano.

As associações rebatem ainda a ideia de lentidão. Elas concordam que a Justiça do Trabalho está sobrecarregada, mas destacam que essa instância sofreu corte de 30% no orçamento desde 2016.

Além disso, lembram que a alta da demanda pela Justiça trabalhista foi influenciada pela crise e por seus reflexos no pagamento das rescisões e direitos trabalhistas.

Para Feliciano, os dados da Justiça do Trabalho podem ser melhor entendidos se forem comparados com o restante do Judiciário.

Enquanto na Justiça de maneira geral o percentual de processos não solucionados no ano tem um índice médio de 73%, na Justiça do Trabalho esse índice seria de 6,8%. Os dados são do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A Justiça que mais faz conciliação, diz Feliciano, é a Trabalhista. Foram mais de 500 mil acordos no primeiro semestre de 2016 —83% do total das soluções.

O custo mensal por magistrado também é menor na Justiça trabalhista. Em todo o Judiciário, ele foi de R\$ 47,7 mil em 2016. Na Justiça do Trabalho, de R\$ 38,8 mil.

Por meio de sua assessoria de comunicação, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) diz ainda que, em número de casos pendentes, a Justiça do Trabalho também é destaque positivo com 5,3 milhões. Na Justiça Federal são 10 milhões de casos pendentes: na estadual, 63 milhões.

Feliciano diz ainda que o volume de acordos poderia ser maior e algumas iniciativas estão sendo tomadas nesse sentido. “O conselho superior tem incentivado os tribunais regionais a criar centros alternativos de solução de conflito”, diz.

Com relação à baixa arrecadação obtida com a Justiça laboral, Silva, da Amatra-2, diz que alguns mecanismos alternativos poderiam ser pensados, como taxas mais altas ao empregador condenado de maneira recorrente.

Um dos poucos pontos de concordância entre o estudo e juízes se refere ao viés da Justiça do Trabalho: não é considerada “pró-trabalhador”. “A Justiça é isenta, o que não significa dizer que o trabalhador esteja perdendo, mas sim que ele raramente obtém 100% dos pedidos que faz”, diz Feliciano.

31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

Cabral recorre ao STF para não ser transferido a MS

DE BRASÍLIA - A defesa do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) entrou com habeas corpus no Supremo Tribunal Federal pedindo para que ele não seja transferido da penitenciária em que está detido no Estado para o presídio federal de Campo Grande (MS).

O relator do caso é o ministro Gilmar Mendes.

A transferência foi determinada pelo juiz Marcelo Bretas, do Rio, na semana passada. Na unidade de Campo Grande estão detidos alguns integrantes do Comando Vermelho no Rio.

Para os advogados dele, Cabral teve participação na transferência desses criminosos e sua vida correrá perigo.

A ida para Campo Grande foi pedida em razão de declarações dadas por Cabral em depoimento a Bretas.

Encontro em São Paulo debate luta contra a corrupção

DE SÃO PAULO - O ciclo "Ética, Mídia e Transparência: Os Desafios Atuais do Combate à Corrupção" será realizado na tarde desta terça-feira (31), no Insper (rua Quatá, 300), a partir das 14 horas.

Participarão Carlos Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Fábio Medina Osório, ex-advogado-geral da União, e Carlos Fernando Lima, procurador da Lava Jato, entre outros convidados. Na abertura será exibido vídeo do juiz Sergio Moro.

O editor-executivo da **Folha**, Sérgio Dávila, o editor-chefe da revista "Época", Diego Escosteguy, e o professor do Insper Fernando Schüler debaterão o papel da mídia no tema.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.insper.edu.br.

31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

Mortes violentas batem recorde no Brasil

Número de assassinatos chegou a 61.619 em 2016, média de 7 mortos por hora; Nordeste concentra maiores taxas

Em meio à grave crise na economia, governos investem menos em segurança; policiais matam e morrem mais

THIAGO AMÂNCIO
DE SÃO PAULO

O número de mortes violentas intencionais registradas no Brasil chegou a 61.619 em 2016, um avanço de 4,7% em relação ao ano anterior. Isso significa que sete pessoas foram assassinadas por hora no país, em média, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados nesta segunda (30).

Os dados são tabulados pelo fórum, organização que reúne especialistas no tema, com base em informações fornecidas pelas secretarias de segurança públicas e polícias Civil e Militar dos Estados.

A taxa média nacional de mortes violentas ficou em 29,9 assassinatos por 100 mil habitantes. Os três Estados com maiores taxas do país são os nordestinos SE (64), RN (56,9) e AL (55,9).

O critério de mortes violentas foi criado pela entidade para padronizar as informações dos Estados e soma homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais.

“A violência se espalhou para o país todo. Não é exclusividade dos grandes Estados ou de uma única região. É hoje um problema nacional, faz com que o país se sinta amealhado”, diz o presidente do fórum, Renato Sérgio de Lima.

“61 mil mortos é o que a gente tem de mais obscuro”, na avaliação da diretora-executiva da entidade, Samira Bueno. “É muito sofrimento para uma nação isso estar em segundo plano. Como a gente não priorizou essa agenda com tanta gente morrendo?”

A alta de mortes aconteceu em meio à forte crise econômica, o que restringiu o orçamento dos Estados. Houve redução nos investimentos em segurança pública feitos por União, Estados e municípios. O total gasto na área em 2016 foi R\$ 81 bilhões, queda de 3% em relação a 2015.

A crise e o aumento da violência, ao mesmo tempo, levaram os Estados a recorrerem à Força Nacional de Segurança Pública, coordenada pelo governo federal. Os gastos nessa área aumentaram 74% em um ano: saltaram de R\$ 184 milhões para R\$ 319,7 milhões em 2016.

POLÍCIA MATA E MORRE

Um efeito colateral da crise na segurança são enfrentamentos e mortes envolvendo policiais. O número de pessoas mortas em ocorrências policiais chegou ao maior número já registrado pela entidade: 4.224 casos, alta de 27% em relação a 2015.

As maiores taxas foram registradas no AP (7,5 casos por 100 mil habitantes), RJ (5,6 casos por 100 mil) e SE (4,1). A taxa média do país é de 2 casos a cada 100 mil habitantes.

99,3% dos mortos em ocorrências policiais são homens, 82% tem entre 12 e 29 anos (17% tem entre 12 e 17 anos) e 76% são negros, segundo levantamento do fórum.

“Temos uma sobrecarga de trabalho, desgaste físico e mental dos profissionais hoje nas ruas. Por conta de uma pressão interna e externa. Porque, para a sociedade, bandido bom é bandido morto, e o Estado somatiza isso. Na concepção do policial, ele está fazendo a coisa certa”, diz o policial militar e membro do fórum Elisandro Lotin.

Também cresceu o número de policiais civis e militares vítimas de homicídio.

Foram 437 em 2016, aumento de 18% em relação a 2015. A maior parte é negra (56%) — embora brancos ocupem 43% dos policiais mortos — e 64% tem entre 30 e 49 anos. O dado considera apenas os policiais na ativa.

A tendência deve se manter alta neste ano. Só no Rio de Janeiro, 113 policiais militares foram mortos em 2017.

“O que a gente exige dos nossos policiais? Essa ideia que o policial é policial 24 horas é uma falácia, que só o coloca em estado de mais vulnerabilidade. Ele é policial no serviço. Fora de serviço, ele precisa ter seus direitos respeitados como um cidadão comum”, diz Bueno.

Outro efeito são os latrocínios, roubos que terminam em mortes, que cresceram 12% no país no último ano.

Goiás apresenta a maior taxa de vítimas: são 2,3 para cada 100 mil habitantes. Em seguida, vêm PA, AP e AM.

CONTINUA

31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nas capitais, houve redução de 4% no total de mortes, o que indica uma interiorização da violência, segundo os pesquisadores. Ainda assim, esses crimes cresceram nas capitais de 14 dos 27 Estados.

Foram registrados ainda 49.497 estupros, média de 135 por dia, crescimento de 4% em relação aos 47.461 registrado no ano anterior — pesquisas indicam, no entanto, que há altos índices de subnotificação do crime. Entre as mulheres, foram 4.657 assassinatos, 533 deles registrados como feminicídio.

Os pesquisadores destacam a ausência de um sistema nacional que consolide e padronize as informações de segurança pública. “A gente vive, na área da segurança e da Justiça, um apagão estatístico”, afirma Lima. “Se o dado não existe, como estamos fazendo política pública? Porque a política pública depende de informação.”

SOLUÇÕES

Como evitar que as mortes violentas continuem subindo?

“A ação acontece em duas pontas: primeiro, preciso melhorar a qualidade de vida das pessoas, para deixá-las menos expostas à gramática do crime. Depois que o sujeito comete o crime, devo trabalhar para que não haja reincidência”, diz o professor da FGV Rafael Alcadipani, que cita a regulamentação das drogas para diminuir o poder do crime organizado.

Para Daniel Cerqueira, pesquisador do IPEA, o investimento precisa ser mais em ações de inteligência e menos no que chama de polícia reativa, “espalhada pelas ruas para tentar, via policiamento ostensivo, refrear a violência”.

Olaya Hanashiro, conselheira do fórum, destaca o “papel fundamental” dos municípios em políticas de prevenção, “olhando para os grupos mais vulneráveis”. Os municípios, diz, devem trabalhar em resolução de problemas e ter uma guarda preparada para mediar conflitos, “e não uma reprodução do que não está dando certo”.

CONTINUA

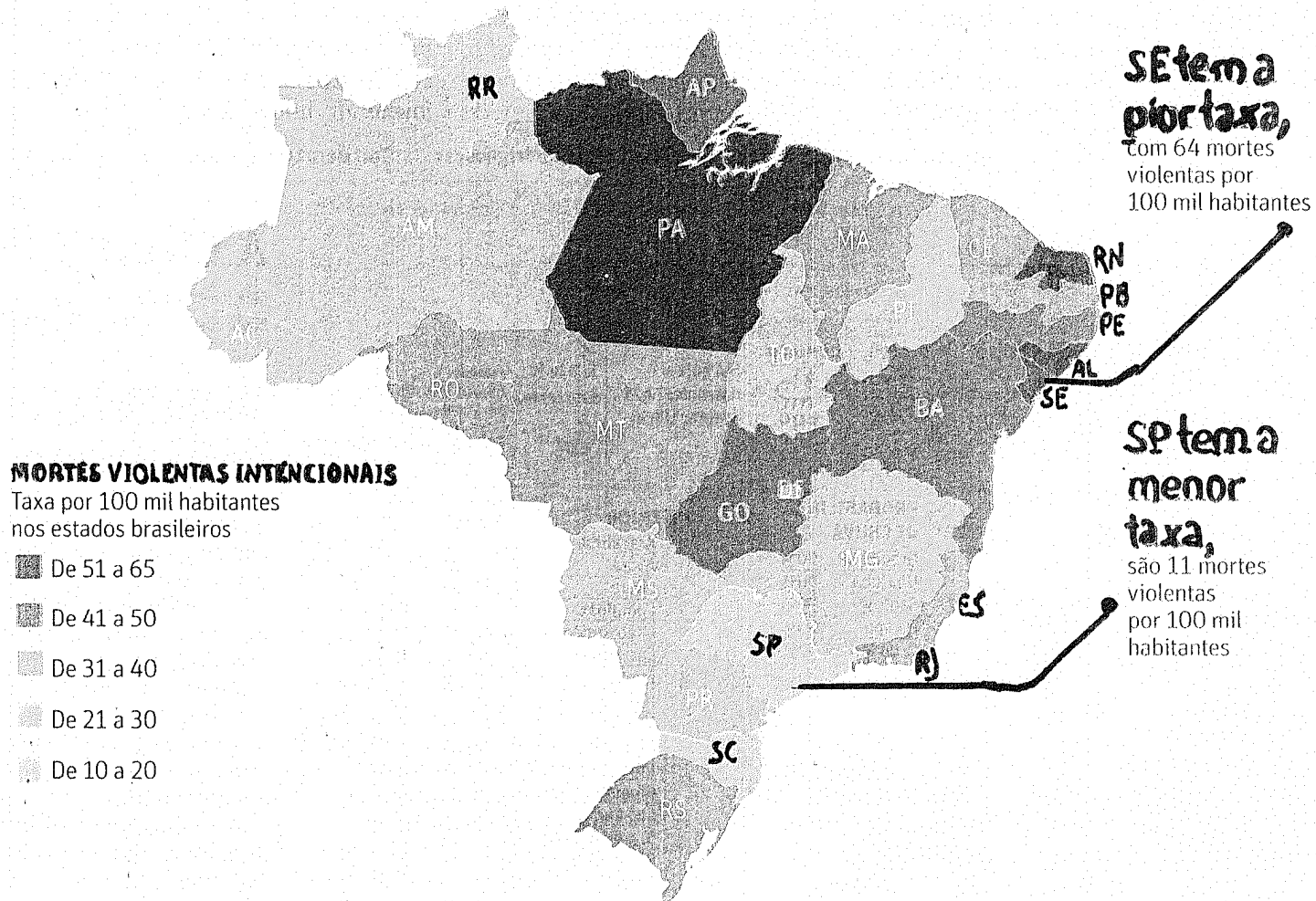
31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MORTES VIOLENTAS

Total de vítimas de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e mortes por policiais em 2016



MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

Taxa por 100 mil habitantes nos estados brasileiros

- De 51 a 65
- De 41 a 50
- De 31 a 40
- De 21 a 30
- De 10 a 20

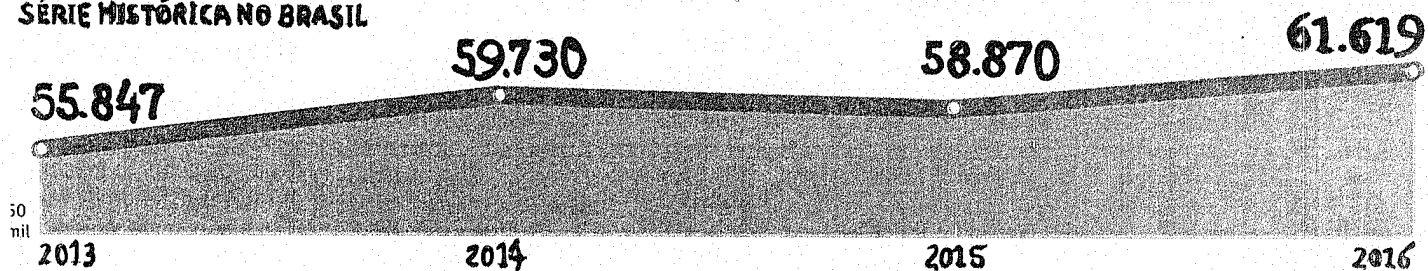
CONTINUA

31 OUT 2017

FOLHA DE S. PAULO

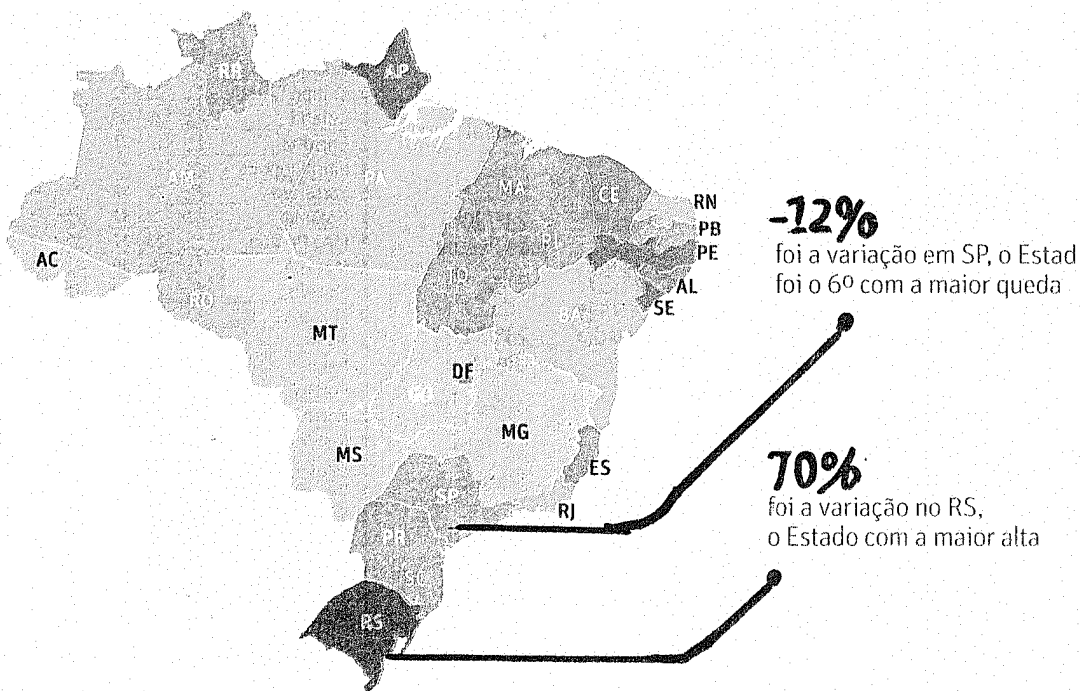
CONTINUAÇÃO

SÉRIE HISTÓRICA NO BRASIL



VARIAÇÃO NO NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS ENTRE 2013 E 2016

- Acima de 50%
- De 31% a 50%
- De 21% a 30%
- De 11% a 20%
- De 0 a 10%
- De -19% a -1%
- De -25% a -20%



CONTINUA

31 OUT 2017

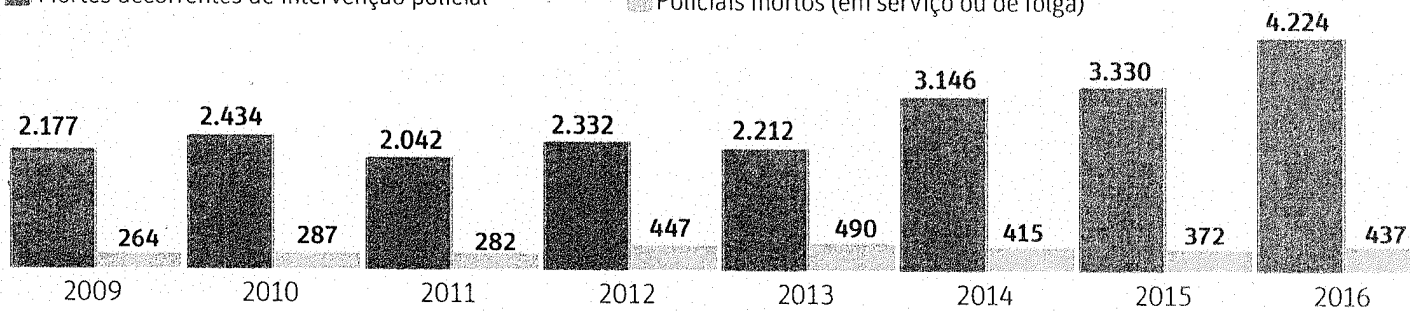
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

POLICIAIS - Policiais mataram 27% a mais que em 2015 e foram vítimas de 17,5% mais homicídios

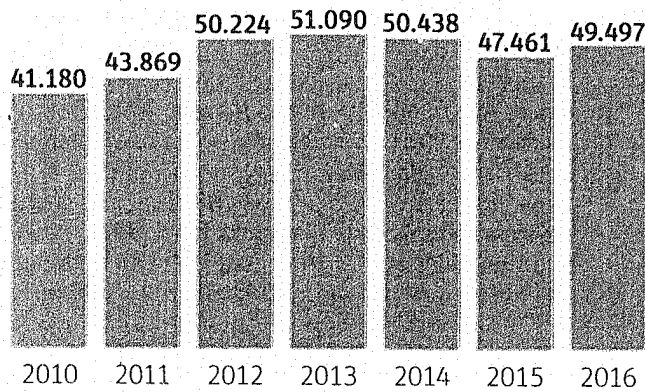
■ Mortes decorrentes de intervenção policial

■ Policiais mortos (em serviço ou de folga)



ESTUPROS

País registrou 135 estupros por dia em 2016

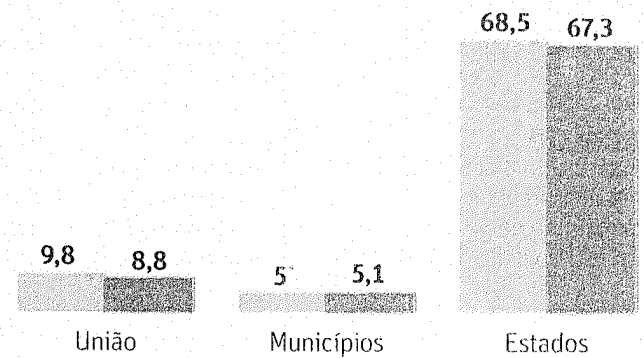


INVESTIMENTO, EM R\$ BILHÕES

Gastos com segurança pública caíram 2,6%

■ 2015

■ 2016



31 OUT 2017

GAZETA DO POVO

TJ-PR quer criar mais 379 cargos em comissão para assessorar juízes

Nomeados vão substituir postos hoje ocupados por estagiários de pós-graduação em Direito. Custo adicional aos cofres públicos será de R\$ 8 milhões por ano

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) quer criar 379 cargos comissionados de assistente de juiz nas comarcas de entrância inicial e intermediária. Segundo o órgão, a proposta se justifica para fortalecer a estrutura de pessoal do primeiro grau do Judiciário no estado. A medida vai custar R\$ 8 milhões a mais por ano aos cofres públicos.

Conforme projeto encaminhado nesta segunda-feira (30) à Assembleia Legislativa, as vagas em comissão serão preenchidas por bacharéis de Direito em substituição aos postos que hoje são ocupados por estagiários de pós-graduação da área. De acordo com o TJ-PR, estes últimos possuem “obrigações substancialmente menores em relação ao ocupante do cargo em comissão, em razão da natureza do vínculo contratual e do prazo de permanência na respectiva unidade, de no máximo dois anos, caso renovado o contrato de estágio”.

Pelos cálculos presentes na proposta, a diferença salarial entre os estagiários e os comissionados será de apenas R\$ 42,48 – de R\$ 2.132,14 para R\$ 2.174,62. Os novos cargos, porém, ainda terão direito a auxílio saúde e auxílio alimentação. Com isso, o incremento de gastos ao ano será de quase R\$ 8 milhões. No total, as vagas a serem criadas custarão anualmente R\$ 19,4 milhões.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Justificativas

31 OUT 2017

Ao se amparar no “fortalecimento do primeiro grau”, o tribunal afirma que isso permitirá “prestação jurisdicional mais célere, em atendimento à garantia constitucional da razoável duração dos processos”. Diz ainda que a medida atende a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo a qual é preciso ampliar o número de comissionados no primeiro grau para equilibrar a distribuição de forças em relação ao segundo grau.

Para isso, o CNJ propôs a criação de novas vagas comissionadas ou a extinção de cargos em comissão do segundo grau e o deslocamento desses recursos para o primeiro. O TJ-PR optou pela opção mais onerosa. “A fim de evitar o comprometimento da estrutura atual dos gabinetes de desembargadores e de juízes de Direito substitutos em 2.º grau, com risco de maior demora no julgamento de recursos e ações originárias do tribunal, com prejuízo ao jurisdicionado”, justificou a Corte estadual.

Texto: Euclides Lucas Garcia

31 OUT 2017

FOLHA DE LONDRINA

Uvepar vai à Justiça por 13º e abono de vereadores

Contrariando decisão do TC, câmaras de sete cidades do Paraná já aprovaram projetos de lei para tentar garantir os benefícios ainda nesta legislatura

Guilherme Marconi

Reportagem Local

A Uvepar (União das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná) firmou entendimento jurídico nessa segunda-feira (30) de que vereadores e demais agentes políticos possuem direito ao recebimento do retroativo do 13º salário e do abono de férias, tanto na atual legislatura como também de forma retroativa. A resposta da entidade - que representa os 3.877 vereadores do Estado - é contrária à instrução normativa divulgada pelo TC (Tribunal de Contas) do Paraná, na última sexta-feira (27), para quem os benefícios só poderão ter validade em 2021, isto é, na próxima legislatura.

De acordo com o presidente da Uvepar, Julio Makuch, não foram estabelecidas condições ou limitações aos pagamentos retroativos no acórdão do STF (Supremo Tribunal Federal). "A gente respeita todas as instituições, mas a norma do TC não tem força de lei", disse Makuchi em consulta feita com o departamento jurídico da entidade. "O pagamento de 13º e do abono é um di-



O presidente do TC, Durval Amaral, alertou na sexta-feira que é ilegal o pagamento dos retroativos e dos benefícios antes de 2021

reito social com previsão legal e nosso entendimento é que já vale, sim, para essa legislatura", justificou.

CONTINUA

3 1 OUT 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Sobre o retroativo, o entendimento da Uvepar é que cada vereador poderá entrar na Justiça contra as prefeituras para garantir o benefício dos últimos cinco anos. "A nossa função é defender o direito dos vereadores e vamos judicializar, se for o caso. Por que o TC não questiona os benefícios que os deputados têm de 13º e abono, por que só os vereadores?", indagou.

O presidente do TC, Durval Amaral, foi enfático ao descartar a hipótese de pagamento dos retroativos e dos benefícios antes de 2021. Entre as consequências, o Tribunal poderá responsabilizar o presidente do Legislativo e os demais vereadores que optarem pela devolução do dinheiro. Outras punições possíveis são a aplicação de multa e a declaração de inelegibilidade pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Ainda segundo o TC, as cidades que optarem por garantir os benefícios não poderão ultrapassar o limite com despesa com o pessoal. Atualmente, 227 cidades do Paraná (56% do total) estão sob o alerta.

Cidade Gaúcha (Noroeste) e Lapa (Sul); além de Palmital e Nova Cantu (Região Central), já aprovaram projeto de lei para regularizar férias e abonos para vereadores, prefeitos e secretários.

O presidente da Uvepar justifica que as câmaras municipais do Paraná estão fazendo o dever de casa e não teme consequências políticas nas eleições municipais. "Podemos utilizar até 7% do orçamento, mas os gastos no Paraná dos legislativos não ultrapassam os 2,3%. Fizemos a nossa parte e devolvemos mais de R\$ 200 milhões às prefeituras", completou Makuch.

NÚMEROS

Sete Câmaras Municipais do Paraná já aprovaram projetos para garantir os benefícios, segundo levantamento da Uvepar. Mesmo esbarrando com protestos, os vereadores Jacarezinho (Norte Pioneiro); Mandirituba (RMC);

31 OUT 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Moro bem na fita

O Barômetro aponta que o juiz Sérgio Moro, o ex-ministro Joaquim Barbosa e o ex-presidente Lula são as personalidades com maiores taxas de aceitação com 52%, 48% e 41%, respectivamente. Por sinal, Lula vem aumentando sua aprovação desde julho/17 versus 57% de desaprovação. Marina Silva, da Rede, também teve aumento de aprovação de oito pontos percentuais em relação ao mês anterior (de 28% e outubro 36%). A ex-ministra ainda apresenta queda de nove pontos percentuais de rejeição (de 60% para os atuais 51%).

Temer: de mal a pior

Já o atual presidente Michel Temer continua com forte reprovação (95%) e baixo índice de aceitação (3%). O levantamento mostra também que para 95% dos entrevistados, o país está no rumo errado e 87% dos brasileiros avaliam o governo federal como ruim e péssimo. O estudo da Ipsos contou com 1.200 entrevistas presenciais em 72 municípios brasileiros. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

Outros rejeitados

A pesquisa Ipsos avaliou outros políticos quanto ao índice de desaprovação e aprovação, entre os quais o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (93% e 2%, respectivamente); Renan Calheiros (83% e 2%, respectivamente); Dilma Rousseff (78% e 19%, respectivamente); Gilmar Mendes (75% e 3% respectivamente); Rodrigo Maia (71% e 4%, respectivamente); Henrique Meirelles (65% e 6%, respectivamente); Fernando Haddad (59% e 6%, respectivamente); Ciro Gomes (58% e 21%, respectivamente) e Jair Bolsonaro (55% e 24%, respectivamente).

31 OUT 2017
FOLHA DE LONDRINA
MAZZA

Justiça do trabalho

Estudo recente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que esse setor do Judiciário trabalhista, além de caro demais e lento, não favorece o trabalhador, como se costuma dizer. Apenas 2% das queixas são tidas como procedentes e o prazo para receber a sentença na primeira instância é de sete meses em média, conforme apuração de 2015 e nos tribunais regionais as ações duram oito meses e nos superiores um pouco mais de um ano. Fase de execução é a mais demorada, levando em média três anos e meio. Um trabalhador, ainda conforme esse estudo, recebe, em média, R\$ 4.500 por reclamação.

Essa avaliação valcriza intervenções como as de comitê de fábricas com representação de traço paritário antes da mediação judicial e isso se dá em meio a um momento em que parte do Congresso, como retaliação à declaração de juízes trabalhistas que em suas decisões não reconheceriam como constitucionais e legítimas as inovações da reforma trabalhista estariam dispostos em extinguir todo o aparato da justiça do trabalho. A tese de mediação é defendida por muitos magistrados como capazes de reduzir drasticamente o número das demandas. Uma das sínteses do estudo diz o seguinte: para cada R\$ 1 pago aos empregados, a Justiça do Trabalho desembolsou R\$ 0,91 e a União arrecadou R\$ 0,16.

As análises são apropriadas, mas não chegam a tempo, já que a reforma trabalhista, meia boca ou meia sola pouco importa, entra em vigor em 11 de novembro.

31 OUT 2017

FOLHA DE LONDRINA

País tem sete assassinos por hora

Foram 61.619 mortes violentas intencionais em 2016, maior volume absoluto já registrado

Não é possível aceitar que a sociedade conviva com esse nível de violência letal!

Vitor Ogawa

Reportagem Local

O Brasil registrou 61.619 mortes violentas intencionais em 2016, o que equivale a sete pessoas assassinadas por hora, maior volume absoluto já registrado no País. Foram 171 casos por dia - um crescimento de 3,8% em relação a 2015. A taxa foi de 29,9 homicídios por 100 mil habitantes. No Paraná, a quantidade de assassinatos passou de 2.840 em 2015 (25,4 a cada 100 mil habitantes) para 2.914 (25,9) no ano passado, um aumento de 1,9%. Os dados divulgados nesta segunda-feira (30) são do 11º Anuário do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

“É como se o Brasil sofresse um ataque de bomba atômica por ano. São dados impressionantes, que reforçam a necessidade de mudanças urgentes na maneira como fazemos políticas de segurança pública no Brasil. Não é possível aceitar que a sociedade conviva com esse nível de violência letal”, alfinetou Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum.

As maiores taxas de homicídios do País foram registradas em Sergipe (64 a cada 100 mil habitantes), Rio Grande do Norte (56,9) e Alagoas (55,9).

O pesquisador David Marques, do FBPS, ressalta que o cenário do Paraná não foge da lógica dos outros Estados. “Esse crescimento de 1,9% no Estado pode indicar estabilidade de morte violenta no Estado, mas o que chama a atenção é o crescimento das ocorrências de latrocínios”, observou.

O relatório mostra que o crime de latrocínio subiu 57,8% no País entre 2010 e 2016, quando houve 2,5 mil registros - sete casos por dia. Somente no ano passado foram 111 vítimas de latrocínios no Paraná em 60 ocorrências registradas. “É preciso atenção em relação à política de controle de armas. O fundamental é a retirada de circulação de armas de fogo ilegais”, apontou.

Questionado se o Paraná

não teria um papel importante nesse controle, já que o Estado é corredor do contrabando e do tráfico de armas, Marques ressaltou que a maior parte das armas apreendidas em crimes de homicídio é de fabricação nacional. “Essas armas foram legais algum dia. Isso mostra que o controle de armas deve ser uma tarefa doméstica. O Paraná não foge disso, com uma dinâmica mais interna que internacionalizada”, argumentou.

A pesquisa aponta, na visão de Marques, que a política de enfrentamento ostensivo não tem dado resultado na redução da criminalidade. “A gente vê que nos últimos 20 anos houve hipertrofia do policiamento ostensivo praticado pela Polícia Militar, que dá uma sensação de segurança pontual pela presença física, mas que provoca encarceramento massivo pelo qual não há oportunidades de ressocialização. A Polícia Civil não teve a mesma atenção e enfrenta dificuldades gritantes.

CONTINUA

31 OUT 2017

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Hoje os investigadores ficam fazendo atividade cartorária de registro dos crimes e apenas investigam os de mais repercussão. É preciso investir em estratégias de policiamento investigativo que atacam organizações criminosas, para que o conjunto de crimes mais graves seja impactado e não o microtraficante que é preso com porções pequenas de drogas e resulta na superlotação dos presídios”, criticou.

A publicação incluiu pela primeira vez dados sobre feminicídio, que é o assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. Em 2016, 4.657 mulheres foram assassinadas no País, mas somente 533 casos foram classificados como feminicídio. “Isso é um indício de que há uma dificuldade das autoridades na aplicação dessa classificação em seu primeiro ano

de implementação”, explicou Samira Bueno, diretora executiva do FBSP. No Paraná, 198 mulheres morreram assassinadas em 2016.

No entanto apenas 20 dessas ocorrências foram classificadas como feminicídio.

Segundo ela, o levantamento revela a necessidade de melhorar os registros, que ainda estão longe do ideal. Ainda sobre violência de gênero, foram registrados 49.497 estupros - em mais de 90% dos casos a vítima é mulher. Desse total,

4.164 aconteceram no Paraná, o que equivale a 8,41% do total registrado no Brasil.

O estudo aponta ainda que o investimento público em segurança foi de R\$ 81 bilhões em 2016, 2,6% a menos do que no ano anterior. No Paraná, o investimento foi de R\$ 3,8 bilhões, o que representa um aumento de 6,52% em relação a 2015. “É preciso um processo de transformação dentro das políticas públicas de segurança, com a aproximação e articulação das instituições existentes para economizar recursos. É preciso um controle das armas de fogo e um processo de qualificação da inteligência e da investigação”, orientou Marques. (Com Agência Estado)

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

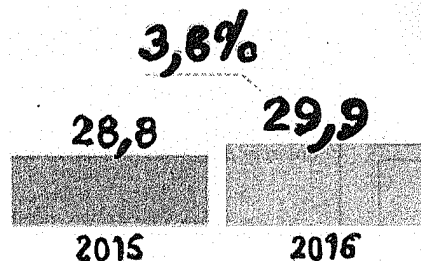
INSEGURANÇA

31 OUT 2017

Brasil registrou 61.619 mortes violentas intencionais

Taxa de mortes violentas intencionais*

Brasil

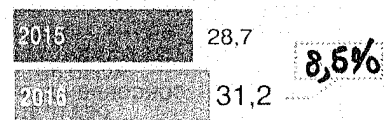


País teve 7 pessoas assassinadas por hora

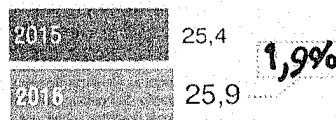


REGIÃO SUL

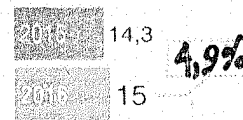
Rio Grande do Sul



Paraná



Santa Catarina



Obs: Dados de 2016 * Por 100 mil habitantes
Fonte: 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Folha Arte

'Não há solução a curto prazo'

Para o professor Antonio Amaral, do Departamento de Direito Público da UEL (Universidade Estadual de Londrina), a segurança pública é um problema que o País não conseguirá resolver a curto prazo. "Teremos que debruçar sobre essas questões para que nossos netos sejam beneficiados. A lei sobre crimes hediondos foi criada em 1989 para combater crimes de violência e grave ameaça à pessoa e contemplava crimes previstos no Código Penal que sempre abalaram a sociedade, mas quase 30 anos depois estamos com números estarrecedores", lamentou.

Amaral aponta que o sistema de segurança atual é muito precário. "Se pensarmos na Polícia Civil, uma cidade como Londrina tem apenas seis distritos policiais, quando na verdade deveria ter no mínimo 20. É uma cidade que tem praticamente 600 mil habitantes. É muito pouco", criticou.

De acordo com o Anuário, o Paraná teve desempenho melhor que os outros Estados da Região Sul. De 2015 para 2016, houve aumento de 1,9% em mortes violentas intencionais (que inclui homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e vítimas de confronto entre policiais e

criminosos), índice menor do que o registrado em Santa Catarina (4,9%) e no Rio Grande do Sul (8,5%).

Segundo a Sesp (Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária), o Paraná tem indicadores melhores este ano. "O estudo compara números de 2016 e 2015. Em 2017, o Estado fechou o primeiro semestre com uma queda de 17,9% no número de homicídios, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, o que representa 227 assassinatos a menos", informou a pasta, por meio do ano. "O Paraná é o quinto Estado, segundo a publicação, que mais investiu em segurança: R\$ 3,8 bilhões – aumento de 6,5% em relação a 2015", completou. (V.O.)

31 OUT 2017

FOLHA DE LONDRINA

Números da violência no Brasil

Sete pessoas foram assassinadas por hora no Brasil em 2016, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados nessa segunda-feira (30). A pesquisa mostrou que as mortes violentas intencionais cresceram no país e atingiram o maior número já registrado. Os homicídios chegaram a 61.619 no ano passado, o que significou um aumento de 4% em relação ao ano anterior. Níveis de países em guerra. Mais vítimas que a soma de muitos atentados terroristas. A taxa média nacional de mortes violentas atingiu 29,9 assassinatos por 100 mil habitantes e os três Estados com maiores taxas são do Nordeste: Sergipe (64), Rio Grande do Norte (56,9) e Alagoas (55,9). O fórum é uma organização representada por especialistas no tema violência e os dados são reunidos com base em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública dos estados. A organização também criou um critério de mortes violentas que inclui homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. No Paraná, foram registrados no ano passado 25,9 assassinatos por 100 mil habitantes, enquanto em 2015 a taxa ficou em 25,4. Na Região Sul, o Rio Grande do Sul ficou na frente, com a taxa de 31,2 e Santa Catarina, em terceiro, com 15 mortes violentas por 100 mil habitantes. De uma maneira geral, esses crimes cresceram em todo o país, mostrando que a violência se espalhou e não é mais característica das grandes cidades ou de um determinado estado. Chama atenção o perfil padrão das vítimas. A maioria é homem (99,3%), jovem (82% tem entre 12 e 29 anos) e negro (76%). Informações que mostram como a juventude brasileira está vulnerável, refletindo também uma desigualdade histórica. As razões envolvem a queda no investimento em segurança pública e a falta de políticas sociais que ajudem a diminuir a desigualdade social.

31 OUT 2017

BEMPARANÁ

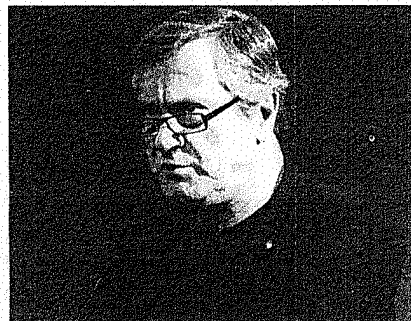
Ministro defende prisão após segunda condenação

Medida é vista como uma das mais importantes para o combate à corrupção

O ministro da Justiça, Torquato Jardim, defendeu ontem a execução da pena após condenação do réu em segunda instância. A medida é vista pela força-tarefa da Lava Jato como uma das mais importantes para o combate à corrupção e o fim da impunidade.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu duas vezes manter o entendimento favorável à prisão após confirmação da sentença judicial em segundo grau, mesmo que ainda existam recursos pendentes. Há, porém, uma ação que pede a suspensão da execução da pena nesta fase e a Corte, dividida, examinará o assunto novamente. Nos bastidores, o comentário é que ministros podem mudar o voto dado anteriormente, o que torna o julgamento do caso imprevisível.

"A alegada motivação política não fica bem para a biografia do Supremo", afirmou Torquato Jardim, em re-



Agência Brasil

Torquato: recursos demais no STF

ferência à possível mudança de posição da Corte. "Sou a favor do recolhimento na segunda instância. Deve-se manter a decisão anterior."

Moro - A opinião do ministro da Justiça reforça declarações do juiz Sérgio Moro, que conduz os inquiridos da Lava Jato na primeira instância, em Curitiba. Ao participar, na terça-feira, do Fórum Estadão Mãos

Limpas e Lava Jato - promovido em parceria com o Centro de Debate de Políticas Públicas -, Moro disse que o Supremo teve sensibilidade para perceber que "justiça sem fim é justiça nenhuma". O juiz lembrou que alguns integrantes da Corte afirmam, agora, que podem rever sua posição. Argumentou, porém, haver uma expectativa da sociedade de que isso não ocorra.

Para Torquato Jardim, existe "uma enormidade de habeas corpus" no Supremo, mas é preciso aceitar que o julgamento probatório ocorre, de fato, na segunda instância. Recentemente, o ministro do Supremo Gilmar Mendes, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostrou-se favorável à prisão somente após um recurso especial passar pelo crivo do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

STF julga ação contra fundo eleitoral

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu submeter ao plenário da Corte o pedido de medida cautelar do Partido Social Liberal (PSL) para suspender o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). O partido ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade no STF, com o objetivo de questionar a implantação do fundo, que é estimado em R\$ 1,7 bilhão e será composto por 30% dos recursos de emendas parlamentares.

Rosa também fixou um prazo de cin-

co dias para que a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal apresentem informações sobre o caso "com urgência". Em outro despacho, a ministra aceitou o pedido dos partidos PMN e do Novo para que sejam admitidos no processo na condição de "amicus curiae" ("amigo da Corte") - dessa forma, as siglas poderão prestar informações e esclarecer questões técnicas no âmbito da ação.

A nova legislação foi sancionada pelo presidente Michel Temer no início des-

te mês e é uma alternativa ao financiamento empresarial, declarado inconstitucional pelo STF em 2015. Considerada uma das ministras mais rigorosas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rosa deverá assumir a presidência da Corte Eleitoral em agosto do ano que vem, durante as eleições de 2018. O atual presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, termina o mandato na Corte Eleitoral em fevereiro do próximo ano. O ministro Luiz Fux ocupará a presidência do tribunal até agosto de 2018.

31 OUT 2017

BEM PARANÁ

Paraná é um dos campeões de roubo a bancos e estupros

Anuário revela ainda que estado registra índice importante de chacinas

Rodolfo Luis Kowalski

A cada três horas e meia, uma pessoa é vítima de morte violenta no Paraná. Em 2016, foram 2.914 ocorrências em todo o estado, segundo dados do Anuário de Segurança Pública, divulgado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mas não é só isso. O Paraná se destaca (negativamente) também pelos casos de roubo a instituições financeiras, chacinas e estupros.

Nos casos de roubo a bancos, o estado até registrou uma queda de 9,9% nas ocorrências, que passaram de 454 em 2015 para 409 no ano passado. Ainda assim, permanece como o líder nacional na estatística, quando considerado o número absoluto. Se levado em consideração a taxa de ocorrências por 100 instituições financeiras, fica em segundo lugar, com 8,2, atrás apenas da Paraíba (11,4, com 103 roubos).

Com relação às chacinas (ou homicídios múltiplos, com mais de três vítimas), foram 12 casos em 2016, mesmo número de 2015, mas com alta no número de vítimas, que subiu de 38 para 39. O percentual de casos em relação ao total de homicídios dolosos é o maior do país, de 1%, índice igual ao do Rio de Janeiro, que registrou mais casos (41 ocorrências com 136 vítimas). O Rio Grande do Sul teve 26 casos com 90 mortes, mas o percentual é mais baixo, de 0,6%.

Um dos dados mais preocupantes, porém, é com relação à violência sexual. É que por aqui se registra, aproximadamente, um estupro a cada duas horas. Em 2016 foram 4.164 ocorrências, alta de 2% na comparação com 2015, o que deixa o Paraná em terceiro lugar no ranking nacional, atrás apenas de Rio de Janeiro (4.308) e São Paulo (10.055).

Os números são preocupantes, principalmente tendo em vista que o efetivo policial no estado está em queda. Na Polícia Civil, por exemplo, o efetivo fixado (número ideal de oficiais) é de 7.305, mas no ano passado havia apenas 4.281 oficiais na corporação (efetivo existente), com a perda de 77 agentes em relação a 2015.

Na Polícia Militar, a situação é parecida. A corporação tem um efetivo fixado de 27.948 militares (considerando o Corpo de Bombeiros), mas o efetivo existente em 2015, último ano com dados disponíveis, era de 19.433 – um déficit de 8.515 policiais. Os dados de 2016 não foram divulgados pela instituição.

RANKING DAS OCORRÊNCIAS

Tipo	nº de ocorrências (ranking entre os estados brasileiros)
Homicídio doloso	2.476 (10º)
Latrocínio	111 (9º)
Lesão corporal seguida de morte	60 (3º)
Policiais civis e militares mortos em confronto	25 (4º)
Morte Decorrente de Intervenção Policial	267 (4º)
Mortes Violentas Intencionais (MVI)	2.914 (9º)
Homicídios múltiplos (três ou mais vítimas)	12 (3º)
Homicídio culposo de trânsito	448 (11º)
Suicídio	332 (8º)
Estupro	4.164 (3º)
Roubo e furto de veículo	32.821 (5º)
Roubo a instituição financeira	409 (1º)

Tipo	nº de ocorrências (ranking entre os estados brasileiros)
Tráfico de entorpecentes	8.576 (4º)
Posse e uso de entorpecentes	12.310 (3º)
Porte ilegal de arma de fogo	5.368 (3º)
Apreensão de armas de fogo	7.096 (5º)
Roubo	87.850 (8º)

*Dados de 2016

31 OUT 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pena contra trabalho escravo deve ser maior, defende Raquel Dodge

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu ontem um endurecimento da legislação contra o trabalho escravo, como uma maneira de reduzir a impunidade no crime de submeter empregados a situações análogas à de escravidão.

Dodge falou na abertura de um seminário, em Brasília, sobre a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que em dezembro do ano passado condenou o Brasil por não prevenir a prática do trabalho escravo, no caso conhecido como Fazenda Brasil Verde.

JORNAL DO ÔNIBUS

Cunha será mantido preso em Curitiba

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, negou ontem um pedido do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para que ele fosse transferido para o Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

A defesa queria que ele não retornasse ao Complexo Penal de Pinhais, perto de Curitiba, onde

responde a processos na Operação Lava Jato sob condução do juiz Sérgio Moro. A defesa de Cunha havia pedido a transferência alegando que o processo dele já foi julgado. Ao analisar o caso, Fachin negou o pedido sob a argumentação de que não cabe ao STF deliberar sobre o pedido, uma vez que o processo está com Moro. ■